



A VOZ ROUCA

que não se cala

SP, #25 @avozrouca
maio/25

Algo podre no ar: Parcerias Público Privadas na educação

Circulou bastante, no fim de 2024, a imagem do governador batendo o martelo em um pregão da bolsa diante do arremate da concessão de 33 novas escolas estaduais. É chocante ver um processo tão explícito de privatização: as empresas vencedoras irão construir esses colégios e administrá-los por 25 anos. Agora o governo prepara um novo pacote para 143 escolas. “O sonho seria chegar nas mais de 5500 unidades da rede”, declarou o diretor das PPPs do governo paulista.

Foi prevendo esse pesadelo que, em 2017, começamos a editar A Voz Rouca. Víamos na compra de escolas particulares por holdings um primeiro passo para o grande capital se posicionar no ramo da educação, obtendo know-how para, quando chegasse a hora, abocanhar a rede pública. Essa parecia ser a intenção da Bahema, antiga revendedora de máquinas agrícolas, ao comprar colégios de referência como a Escola da Vila. Apro-

priando-se da “expertise pedagógica”, em seguida a Bahema passou a investir na Escola Mais: uma rede “voltada à classe C”, que dizia querer “competir com a rede pública”. Agora o roteiro se completa: o SP+Escolas, vencedor do leilão, é um consórcio entre empresas de construção de rodovias e a Astra, do fundador da Escola Mais.

Paralelamente, na rede pública, as políticas de sucateamento prepararam o terreno para a chegada das empresas. As reformas foram erodindo o currículo, a estabilidade e a carreira docente – professores concursados já são menos da metade no Estado. Sistemas de metas e bonificação, contratos temporários, plataformas digitais, avaliação docente e parcerias com institutos têm normalizando lógicas empresariais. O modelo das PEIs é exemplar disso.

Na rede municipal, o flerte com o setor privado já tem a bênção do prefeito. O Liceu Coração de Jesus, escola particular da Rede Salesiana, fecharia suas portas em 2022, mas passou a ser administrado em parceria com a Prefeitura. De acordo com o próprio prefeito, a



ideia é replicar o modelo do Liceu em outras escolas. Lá, a contratação dos profissionais é feita pela organização parceira, que utiliza o regime CLT, e a Prefeitura assume responsabilidades como transporte, alimentação (terceirizada), uniformes, materiais didáticos, normativas, calendário e currículo. O modelo pode ser a porteira da boiada das PPPs na educação municipal.

Percebendo que as condições de trabalho no setor público e privado se aproximam cada vez mais no horizonte de privatização, controle e precarização, a intenção da Voz Rouca é circular experiências e estimular a luta de trabalhadores da educação em todas as esferas, independentemente do tipo de contrato, categoria oficial ou representação sindical. A privatização não deve ser o fim de linha, temos que fazer dela um novo front de luta. De 2017 para cá, vimos os trabalhadores se organizando e fazendo greve nas escolas da Bahema e dos Salesianos. Na rede pública, conforme a lógica empresarial avança, também surgem novos tipos de conflitos, que escapam às campanhas salariais anuais dos sindicatos.



O que fica da greve na Prefeitura?

Quando falamos da lógica empresarial entrando na educação pública, a lei municipal 18221/24, aprovada em dezembro, é um terrível exemplo. Ela reduz o salário real de professores que mudaram de função por não terem condições de saúde que permitam o retorno às salas de aula, estimula que os demais vão ao trabalho mesmo enfermos, ameaça a estabilidade funcional de professores módulo e limita a autonomia dos gestores, responsabilizando-os pelo insucesso nos índices avaliativos e comprometendo qualquer tentativa de “gestão democrática”. Foi no caldo da indignação com essa lei que ocorreu a greve da Prefeitura, ainda que o foco da pauta dos vários sindicatos (Sinpeem, Sindsep, Aprofem) tenha sido a recomposição salarial.

EMA: Educadores Municipais Auto-organizados

A indignação com a lei 18221/24 criou expectativa de greve desde o começo do ano. Mas, na assembleia de 18/03, a burocracia sindical distribuiu um material informativo que já estava impresso desde antes, apresentando como certo o resultado de votações que mal haviam sido encerradas. Isso escancarou a necessidade de organização ativa da categoria para além do sindicato. A partir daí, um grupo de educadores passou a propor ações que dessem voz a quem não está no carro de som, tornassem a assembleia menos enfadonha e que abrissem espaço para a ação direta. Surgiu assim o EMA (Educadores Municipais Auto-Organizados). A fanfarra autônoma que já tocava em atos da categoria consolidou-se com o nome de FARPA. A greve acabou melancólica, mas os grupos seguem discutindo e planejando ações. Entre em contato, organize-se! @emaemaemas

Comunidades escolares se opõem à remoção compulsória de diretores

Na segunda metade de maio, 30 escolas municipais, com diferentes perfis, foram surpreendidas pelo afastamento compulsório de seus diretores. Após o fim da greve, a Prefeitura ataca a autonomia das escolas e os projetos pedagógicos, nomeando diretores interventores, o que parece testar formas de terceirização da gestão. Mas a Prefeitura foi surpreendida pela reação rápida das comunidades escolares. Em várias escolas, trabalhadores, alunos e família têm se organizado para protestar e barrar a entrada dos interventores.



A ação de famílias, também auto-organizadas, em apoio aos trabalhadores da educação, foi fundamental para reanimar a luta e para que os jornais dessem espaço às reivindicações que vinham sendo feitas. Siga: @familias_pela_educacao_publica

Trabalhadoras da limpeza escolar fazem greve e enfrentam demissões

Pelo menos 68 terceirizadas da limpeza, que prestam serviço para escolas da prefeitura, foram mandadas embora por justa causa no início do mês de maio depois de terem paralisado os trabalhos exigindo salários e benefícios atrasados. A empresa Lume, do grupo Life Service, é conhecida por atrasar salários e benefícios, não pagar adicional de insalubridade nem hora extra, não garantir EPIs, dentre outros absurdos. Diante desse descaso, trabalhadoras de diferentes escolas municipais paralisaram junto com os educadores na greve de abril. O resultado foi a demissão por “insubordinação” de pelo menos 68 funcionárias, em várias regiões da cidade. Fica evidente o verdadeiro interesse das privatizações e terceirizações: precarizar as condições de trabalho e acabar com o direito de greve.



Perseguições e assédios nas PEIs

O Programa de Ensino Integral Paulista (PEI), cujos impactos vêm sendo sentidos pelos docentes da rede estadual de São Paulo ao longo da última década, viu seu apogeu nos anos pós-pandemia, com denúncias de assédio moral, abuso de poder por parte de diretores escolares e dirigentes regionais de ensino. Esses relatos escancaram a defesa por parte das atuais gestões dos interesses políticos dos últimos governos bem como o fortalecimento do projeto de desmonte do funcionalismo e da carreira pública.



O texto abaixo traz a público um episódio de horror vivido pelos docentes que lecionaram no ano de 2022 na **E.E. Giulio David Leone** (PEI no Grajaú, sob a gerência da DRE Sul 3), que culminou no desligamento de uma professora do quadro e deixou sequelas para toda comunidade escolar.

Foi o primeiro ano da implementação do projeto na unidade. E a diretora designada para conduzir os trabalhos na escola, havia boatos, carregava fama de ser “mãos de ferro” e autoritária já de outras escolas e unidades por onde atuou como docente e coordenadora pedagógica. Diziam que esse foi o motivo da escolha por parte da dirigente. Por isso, inclusive, muitos professores concursados dessa escola pediram transferência e foram em busca de novas alocações. Mas aí entra o drama do professor categoria O, que, em 99% dos casos, não tem escolha. Atribui no local onde houver vaga e chance de trabalho, isto é, de fechar carga horária e compor salário ao final do mês.

Fato é que, em pouco tempo de ano letivo, as reuniões pedagógicas ganharam climas mais acalorados, por assim dizer, do que o que seria de costume em uma escola. Afastamentos psiquiátricos de professores, gritos da diretora e intimidações. E nesse período houve a implementação da mudança de falta-aula para a falta-dia, na qual a ausência do professor em uma aula (das muitas que teria no dia) acarretaria em uma falta injustificada do dia completo.

Em um dia de aula comum, alguns professores (já na escola) estavam no estacionamento. A diretora, a fim de ater-

rorizar o corpo docente, aplicou faltas a vários dos professores. No dia do pagamento, não deu outra: todos vieram com desconto em folha de um dia de trabalho, pois ganharam falta mesmo estando na unidade. A equipe protestou. Em reunião pedagógica, chamou a diretora para esclarecimentos. As faltas foram retiradas sob muito desgosto, e dali em diante não faltaram perseguições e assédios por parte da diretora. Em agosto daquele ano, logo no retorno das férias, uma professora foi convidada a participar de uma reunião na sala da diretora, com seu desligamento anunciado. Ela havia ficado marcada como a protagonista do levante. O choque foi imenso para todos. Houve manifestação realizada pelos alunos, abaixo-assinado, denúncias protocoladas por estudantes na Diretoria de Ensino – que, criminosamente, tratou de abafar o caso –, além de uma série de reivindicações por parte dos demais professores.

Não fosse o bastante, semanas depois, além de ser diagnosticada com síndrome do pânico e burnout, rodou a notícia de que a professora recebeu uma intimação da polícia em sua residência, pois a diretora da unidade abriu um boletim de ocorrência alegando que estava sofrendo calúnias e difamações da docente.

Um silêncio sepulcral foi instaurado na unidade, que teve seus professores amordaçados com medo de serem mandados embora também. Quantas PEIs têm passado pelo mesmo? Até quando professores comprometidos serão submetidos a isso? Mande também seu relato!



Mural de denúncias

Cortando na carne

Sob o pretexto de uma crise financeira e o risco de falência, um renomado colégio anunciou o corte de gastos: não vai mais servir pãozinho e bolacha na reunião de professores.

Quem foi roubado?

Sumiu um notebook usado por alunos. Quem é o responsável? Por via das dúvidas, a escola jogou o prejuízo para a equipe docente, distribuindo o valor entre os professores como desconto no holerite.

Cases de fracasso

Quando escolas são compradas por grandes conglomerados, é comum escutarmos o discurso de “eficiência” e “otimização de processos”. Isso definitivamente não se aplica aos RHs. Em diferentes colégios adquiridos por grandes redes, equipes inteiras têm enfrentado “erros” nos pagamentos! Passa mês e entra mês, os professores se organizam para cobrar os gestores, mas a coisa não se resolve. Começa a parecer que a “desorganização” nos holerites é, no fim das contas, bem eficiente – para os donos das redes, claro...

JOGO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Marque as situações que você já experienciou sendo uma professora que promove a inclusão escolar enquanto as escolas se recusam a pagar o adicional previsto pela Cláusula 63 da Convenção Coletiva:

- ☐ Produzir atividades adaptadas, mas nunca tê-las prontas a tempo, porque a gráfica da escola só imprime arquivos aprovados pela coordenação com antecedência de 5 dias úteis.
- ☐ Ser obrigada a imprimir todo o material adaptado com sua própria impressora (ou pagando uma impressão superfaturada na papelaria da esquina).
- ☐ Ser elogiada pela sensibilidade para lidar com alunos com demandas específicas sem ser remunerada, como se não fosse resultado de muito trabalho.
- ☐ Elaborar 5 versões adaptadas para alunos com diferentes necessidades sem receber adicional, sem formação específica e com tempo mágico extraído do nada.
- ☐ Desenvolver Planos de Ensino Individualizados para alunos com diagnósticos sem nenhum horário para conversar sobre suas singularidades com a coordenação e o resto da equipe.
- ☐ Participar de formação sobre inclusão no sábado, sem remuneração e com presença opcional (mas se você não for vai pegar mal).
- ☐ Fazer reuniões presenciais só de preenchimento de planilha (para não desperdiçar tempo remunerado para adaptar materiais).

Total de alternativas marcadas: _____



VERIFIQUE SEU RESULTADO

Se você marcou:

0: Parabéns! Você claramente está em um universo paralelo onde valorizam a educação e a inclusão. Quer trocar de lugar?
1 a 2: Você é um sobrevivente da pedagogia brasileira. Ainda sorri? Milagre.

3 a 5: Você desbloqueou o nível “Professora Feiticeira”: adapta, ensina, acolhe, imprime, carrega e ainda paga para trabalhar.

5 a 7: Você é uma lenda. Provavelmente tem uma varinha mágica escondida ou só está extremamente cansada. Procure terapia e direitos trabalhistas urgentemente.

o que é A VOZ ROUCA?

A Voz Rouca é uma iniciativa autônoma de trabalhadores da educação contra a degradação das condições de trabalho. Diante do avanço de grandes empresas em todas as esferas do ensino, nos reunimos para resistir à precarização dos contratos, à imposição de tecnologias e métricas empresariais, ao aumento da vigilância sobre a sala de aula; e ao sofrimento e adoecimento docente.



Distribuído em salas de professores de escolas das redes públicas e do setor privado desde 2017, este boletim reúne denúncias e relatos de luta e organização coletiva no dia a dia, incentivando a auto-organização para além dos sindicatos. Envie relatos de sua escola ou entre em contato para participar das reuniões!

@avozrouca
 vozrouca@riseup.net
<https://avozrouca.org>